

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.585 - RR (2019/0049483-4)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : JOSE DE CARVALHO ARAUJO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**.

Depreende-se dos autos que foi elaborado Termo Circunstanciado n. 0020-2011-4-SR/DPF/RR em desfavor do recorrente pela prática do garimpo ilegal. Diante da necessidade de citação editalícia, o juízo do JEF declinou da competência para uma das varas comuns federais desta Seção Judiciária. Em seguida, foi recebida a denúncia e decretada a prisão preventiva do recorrente, sendo determinada a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional (fl. 212).

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

**"HABEAS CORPUS. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.**

*I - O fato de o paciente não ter sido localizado, nem no endereço por ele inicialmente fornecido nem nos vários outros indicados pelo órgão ministerial de primeiro grau são fundamentos aptos para a manutenção da sua prisão preventiva, com o fito de acautelar a instrução criminal.*

*II - Constrangimento ilegal não evidenciado nos autos.*

*III - Ordem denegada" (fls. 231-232).*

**Daí o presente recurso ordinário**, interposto pela defesa do

recorrente, no qual alega que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Argumenta que *"o fato de que o compromisso firmado pelo paciente envolveu apenas a imposição de comparecer em Juízo sempre que intimado para tanto, mas não houve compromisso de manter atualizado seu endereço o que implica possível desconhecimento o respeito do necessidade de informar ao juízo eventual mudança de residência"* (fl. 240).

Salienta que *"não há qualquer fundamento robusto para a prisão preventiva do paciente, pois sobre ele não pesa nenhum dos requisitos autorizadores previstos no artigo 312 do CPP"* (fl. 243).

Assegura que *"o manutenção da prisão preventivo em tela é manifestamente ilegal uma vez que se trata de medida cautelar mas severa do que eventual pena aplicada ao final do processo"* (fl. 245).

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva do recorrente.

Sem pedido de liminar.

O Ministério Público federal, às fls. 263-266, manifestou-se pelo **desprovimento do recurso**, em parecer não ementado.

É o relatório.

**Decido.**

Pretende o recorrente, **em síntese**, por meio do presente recurso ordinário, a revogação do decreto prisional.

Inicialmente, deve-se consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do

indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (v.g. HC n. 93.498/MS, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 18/10/2012).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: HC n. 449.354/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 28/06/2018; HC n. 423.503/SP, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 14/03/2018; RHC n. 82.459/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/09/2017; AgRg no HC n. 382.353/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 04/04/2017.

Depreende-se dos autos que foi elaborado Termo Circunstanciado n. 0020-2011-4-SR/DPF/RR em desfavor do recorrente pela prática do garimpo ilegal. Diante da necessidade de citação editalícia, o juízo do JEF declinou da competência para uma das varas comuns federais desta Seção Judiciária. Em seguida, foi recebida a denúncia e decretada a prisão preventiva do recorrente, sendo determinada a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional (fl. 212).

**Na hipótese**, o decreto prisional do recorrente está fundamentado nos seguintes termos, **in verbis**:

*"Recebo a denúncia lançada nos autos, por estarem satisfeitos os requisitos previstos no Código de Processo Penal e por vislumbrar indícios de materialidade dos delitos ali descritos, mormente pela ocorrência registrada no Termo Circunstanciado de fl. 02.*

*Verifico que o acusado declinou ao Juízo endereço no qual não mais reside, não tendo atualizado o seu domicílio nestes autos. Diante de tal fato, com o fito de acautelar a instrução criminal, é necessária a decretação de sua prisão preventiva, conforme dispõe o art 312 do Código de Processo Penal e a Jurisprudência sobre o tema"* (fl. 159-grifei).

Como dito no início, a decretação da prisão preventiva exige fundamentação concreta, que demonstre a sua **efetiva necessidade**. Todavia, tal aspecto não se verifica no presente caso, sobretudo porque o recorrente é primário e não há dado empírico ou mesmo indicativo de que esteja tentando

frustrar a atuação punitiva do Estado.

Vale lembrar que não há se confundir evasão com não-localização pelo simples fato de se encontrar o réu em lugar incerto e não sabido.

Nesse mesmo sentido:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. IMPRESCINDIBILIDADE NÃO DEMONSTRADA. NÃO LOCALIZAÇÃO DO RÉU. RECORRENTE PRIMÁRIO E PRESO HÁ MAIS DE 1 ANO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. RECURSO PROVIDO.**

*1. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.*

*2. Caso em que a prisão preventiva do recorrente foi decretada porque o réu não teria sido localizado nos endereços diligenciados. Todavia, não há dado empírico ou mesmo indicativo de que esteja tentando frustrar a atuação punitiva do Estado. Precedentes. O recorrente é primário e teria se apresentado espontaneamente para o cumprimento do mandado de prisão. "A apresentação espontânea do réu demonstra que não existia a intenção de fuga, não havendo nos autos motivo para a decretação de sua prisão preventiva." HC n. 104.635, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 15/02/2011, publicado em 3/5/2011). Constrangimento ilegal evidenciado.*

*3. Recurso ordinário em habeas corpus provido para revogar a prisão preventiva do recorrente, mediante a fixação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, se por outro motivo não estiver preso." (RHC 99.619/SP, Quinta turma, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJE 29/08/2018-grifei)*

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXTORSÃO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. PACIENTE**

**COM CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO PROVIDO.**

1. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revele a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime. Precedentes do STF e STJ.

2. **O perigo para aplicação para lei penal não deflui do simples fato de se encontrar o réu em lugar incerto e não sabido, pois não há se confundir evasão com não-localização (HC n. 353.904/SP, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Relatora p/ Acórdão Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 16/06/2016, DJe 24/06/2016).**

3. No caso, não há nos autos elementos que comprovem a realização de diligências para cumprir a determinação judicial na comarca em que reside o recorrente, tampouco informações constatando o seu intento frustrar a atuação estatal. Quanto ao mais, a despeito da prova da materialidade e dos indícios de autoria, a prisão foi decretada sem fundamentação concreta a justificar a total restrição da liberdade do recorrente. Precedentes. Parecer pela concessão da ordem.

4. **Recurso ordinário em habeas corpus a que se dá provimento para revogar a prisão preventiva do recorrente, se por outro motivo não estiver preso, mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a serem estabelecidas pelo Juízo processante" (RHC n. 70.840/PA, Quinta turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 31/08/2016-grifei).**

Presente aqui o constrangimento, porquanto a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de não ser cabível a decretação da prisão preventiva apenas em virtude da revelia ou da não localização do réu, sem a indicação de elementos concretos que justifiquem a necessidade da custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Nesse

sentido: RHC n. 36.642/RJ, **Sexta Turma**, Relatora Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 29/8/2014; RHC n. 34.094/RJ, **Sexta Turma**, de **minha relatoria**, DJe de 20/6/2014; e RHC n. 36.035/SP, **Quinta Turma**, Relatora Ministra **Laurita Vaz**, DJe de 19/12/2013.

Reitere-se: "*A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da providência extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal*". (HC n. 296.543/SP, **Sexta Turma**, Relator Ministro **Sebastião Reis Júnior**, julgado em 02/10/2014, DJe de 13/10/2014, grifei), o que não se verifica no presente caso.

Ante o exposto, **dou provimento** ao presente recurso ordinário para revogar a prisão preventiva do recorrente, **mediante a fixação das medidas cautelares prevista nos incisos I e IV do art. 319 do CPP**, a serem regulamentadas pelo juízo de primeiro grau, devendo ainda o recorrente declinar novamente o endereço que receberá as comunicações oficiais da Justiça, salvo se por outro motivo não estiver preso.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator